



[Traduções]

Sobre a Análise do Estado-nação Burguês no Contexto do Mercado Mundial. Tentativa de Desenvolver uma Abordagem Teórica e Metodológica

*On the Analysis of the Bourgeois Nation State within the World Market Context.
An attempt to develop a methodological and theoretical approach*

Claudia von Braunmühl

¹ Universidade Livre de Berlim, Berlim, Alemanha. E-mail: cvb@zedat.fu-berlin.de.

Versão original: BRAUNMÜHL, Claudia von. On the Analysis of the Bourgeois Nation State within the World Market Context. In: HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol (Eds.). State and Capital: a Marxist Debate. Londres: Edward Arnold, p. 160-177, 1978.

Tradução recebida em 03/06/2023 e aceita em 25/11/2023.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Resumo

Neste artigo, originalmente escrito em 1974 em alemão e republicado em inglês em 1978, o qual incorporou considerações posteriores da autora, Claudia von Braunmühl argumenta a que o mercado mundial é categoria essencial para explicar a formação de mercados nacionais e dos aparelhos políticos (Estados-nação) como complexos de autoridade que defendem e sustentam a reprodução de capital dentro de certos limites. A autora defende a compreensão dialética das pressões do mercado mundial, percebidas ora como internas ora como externas, manifestas na luta de classes, não apenas para entender a formação dos Estados da periferia do sistema, mas também nas nações centrais, como instrumento indispensável para assegurar o resultado lucrativo da valorização do capital em sua competição com muitos outros capitais combinados em Estados-nação. O mercado mundial é visto como o domínio plenamente desenvolvido do movimento do capital, levando a repercussões no campo do estudo do Imperialismo, das Relações Internacionais, da História e do Direito Internacional.

Palavras-chave: Mercado mundial; Estado; Marxismo; Braunmühl; Relações internacionais.

Abstract

Originally written in German in 1974, later republished in English in 1978 incorporating some of the author's subsequent considerations, this article by Claudia von Braunmühl argues for taking the world market as the essential concept to explain the formation of national markets and of the political apparatuses (nation states) as authority complexes which defend and support the reproduction of capital within certain boundaries. The author argues for a dialectical comprehension of the pressures of the world market, which are perceived interchangeably as internal or external and manifested in class struggle, not only to understand the formation of states in the periphery of the system, but also in the central nations, as an indispensable instrument to assure the lucrative results of capital accumulation in its competition with multiple other capitals combined in nation states. The world market is seen as the fully developed domain of capital movement, leading to repercussions in the study of Imperialism, International Affairs, History and International Law.

Keywords: World Market; State; Marxism; Braunmühl; International Affairs.



O sistema imperialista,¹ particularmente em suas regiões metropolitanas, caracteriza-se cada vez mais pela contradição entre a internacionalização e a nacionalização do processo de acumulação,² uma contradição que se manifesta hoje na aparência de capitais que operam internacionalmente, como as corporações multinacionais, e em uma constante intervenção do aparato de Estado na reprodução dos capitais nacionais. Ao tentar chegar a uma compreensão analítica dessa contradição, toda análise do imperialismo, seja empírica ou teórica, é confrontada com o duplo dilema do conservadorismo escondido na concepção dominante de imperialismo e da inadequação das tentativas que foram feitas até o presente para investigá-lo.

As atuais definições apresentam o imperialismo como um problema do “escoamento” (“transbordamento”) de uma forma ou de outra: um capital nacional que era antes essencialmente interno em sua abrangência se reproduz externamente em uma extensão crescente e assim produz o imperialismo. Tal concepção³ contém elementos burgueses latentes. O imperialismo toma a partilha específica do mercado mundial em Estados nacionais como uma pré-condição, e esse uso do conceito consolida essa percepção de tal forma que assume um caráter quase normativo. A acumulação de capitais nacionais, prontamente, assume certa legitimidade em face da intervenção de capitais externos. Em vez de investigar a qualidade da intervenção do ponto de vista da nacionalidade do capital ou dos capitalistas, deveria ser uma questão de determinar o efeito da intervenção nas chances de mudança revolucionária, e de definir a parte desempenhada nessa dinâmica pelas fronteiras, pelo processo de acumulação nacional de capitais, pelo desenvolvimento nacional da produtividade e pelos aparatos de Estado nacionais. Trata-se, em outras palavras, de dar ao conceito de imperialismo maior precisão nas dimensões da divisão internacional do trabalho e da luta de classes como

¹ Nota dos Tradutores: esta tradução foi feita com base na versão publicada em inglês em HOLLOWAY, John e PICCIOTTO, Sol (Eds.). *State and Capital: a Marxist debate*. Londres: Edward Arnold, 1978, pp.160-177. Quando necessário, foi utilizada, para fins de comparação, a versão em espanhol disponível em BONNET, Alberto e PIVA, Adrian (compiladores). *Estado y capital: El debate alemán sobre la derivación del Estado*. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2017, pp.697-724. A versão em inglês contém a seguinte nota incluída pelos editores: “Este artigo foi especialmente revisado para esta coleção a partir de um manuscrito que apareceu em uma versão anterior em *Gesellschaft* n.1 (1974)”. Optou-se por manter as notas de rodapé tais quais publicadas na versão em inglês, apresentando, ao fim, a bibliografia citada pela autora, que, no livro de 1978, está em meio à bibliografia geral utilizada por todos os autores da coletânea.

² Essa posição foi formulada já à época da Primeira Guerra Mundial por Bukharin, que interpretou a própria guerra por esse ângulo. (BUKHARIN, N., 1972) Ver também a polêmica entre Mandel e Nicolaus em *New Left Review* n. 54, 1969 e n. 59, 1970.

³ Uma consideração das várias explicações da derivação na alteração na forma dos movimentos do capital, que constitui a base do fenômeno do imperialismo, está além do escopo deste trabalho.



determinados pela função historicamente modificada do Estado nacional; e nisso, o molde específico da divisão internacional do trabalho conforme estruturado pelo capital metropolitano é de particular importância.

A problemática do atual conceito de imperialismo se reflete nas tentativas que até agora foram feitas de investigá-lo, que tentam fornecer um parecer conceitual da relação entre o movimento do capital no mercado mundial, imperialismo e o Estado. Em particular, estudos orientados pelo marxismo tentaram se libertar do ponto de vista tradicional, que vê o Estado como determinado em primeira instância por processos internos aos quais os determinantes externos são, usualmente, adicionados *a posteriori*. Ao analisar o processo de acumulação de capital como internacional, eles concebem o Estado contemporâneo como representante político de capitais “nacionais” em relação às intensificadas contradições (alterações de forma, perda de função, expansão da função), assim como às tendências a novas formas de Estado e às condições para sua realização. Embora isso mostre uma consideração analítica para desenvolvimentos mais recentes, o procedimento metodológico que foca no capital nacional e seu Estado se mantém.

Numerosos estudos se desenvolveram a partir dessa posição na qual o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” se eleva a objeto principal de pesquisa.⁴ Nesse caso, a formação do modo de produção capitalista e sua expansão mundial é vista como um processo acontecendo em contexto internacional e numa escala internacional, e sua “outra face” é analisada como o fator decisivo determinando o curso e a forma dos desenvolvimentos nas regiões periféricas. Assim, embora a integração de economias nacionais organizadas independentemente no mercado mundial seja vista como um fenômeno historicamente inseparável do capital, esse *insight* é, entretanto, restrito às extremas disparidades exibidas entre as áreas metropolitanas e as regiões periféricas, onde esse contexto é, claro, particularmente óbvio⁵.

Esse *insight*, entretanto, deve ser elevado ao nível de teoria. Ele deve ser formulado como uma questão, considerando as determinações internacionais do

⁴ FRANK, 1967; CORDOVA, 1973; CARDOSO, 1971; FURTADO, 1970.

⁵ Isso é menos verdadeiro em um relevante aspecto da discussão sobre o imperialismo na França. PALLOIX, 1973; EMMANUEL, 1972; BUSCH, 1973. Mas neles, a ênfase é maior nos problemas da queda de produtividade, da troca desigual e da formação de valor internacionalmente. O atual problema da relação entre o movimento do capital no mercado mundial e o Estado é tocado, se muito, apenas implicitamente. É, portanto, desnecessário considerá-los aqui mais além (embora eles mereçam um estudo mais detalhado do que receberam até agora, pelo menos na RFA).



intervencionismo de Estado. O *insight* sobre a forma pela qual o mercado mundial molda a acumulação nacional e o desenvolvimento das forças produtivas, que primeiro recebeu atenção teórica como contexto internacional de crise, torna, de fato, teoricamente impossível considerar o desenvolvimento econômico nacional e as atividades dos aparatos de Estado nacionais como sendo determinados, em grande medida, internamente. E isso levanta a questão da relação entre a economia nacional e o mercado mundial, ou, em outras palavras, entre o Estado-nação burguês e o sistema imperialista.

Essa questão é, todavia, insolúvel dentro dos modelos de perda de autonomia crescente, induzida externamente, de uma unidade político-econômica, ou seja, o Estado-nação, que, como tal, é estruturalmente inalterado – como acontece, por exemplo, no caso do debate sobre Corporações Multinacionais *versus* Estado-nação. O velho modelo do Estado-nação burguês como uma entidade limitada com relações externas, que deve agir em conformidade com os padrões internacionais na medida em que tem compromissos externos econômicos e políticos, e que deles recebe um impulso adicional para atividade estatal, se tornou insustentável no tratamento do processo real de internacionalização da acumulação. A evidente insustentabilidade do modelo deixa claro que ele de forma alguma capturou a essência da coisa, e que meramente, inconsciente de suas próprias restrições, circunscreveu um período particular da história.

Um sistema internacional não é a soma de muitos Estados, mas, ao contrário, o sistema internacional consiste de muitos Estados-nação. O mercado mundial não é constituído por muitas economias nacionais concentradas juntas; em vez disso, o mercado mundial é organizado na forma de muitas economias nacionais como seus componentes integrais. “A primazia metodológica da totalidade sobre as instâncias particulares” (LUKÁCS, 1971, p. 9), também deve ser mantida nesse nível do argumento.

Qualquer economia nacional só pode ser adequadamente entendida como uma instância particular voltada mais ou menos sobre sua configuração interna, mas que, apesar disso, é um elemento integral do mercado mundial; então, portanto, o Estado-nação, e o Estado burguês como fenômeno geral, só pode ser propriamente determinado nessas dimensões. Similarmente, a influência da internacionalização da acumulação de capital não pode ser entendida se pensada como um fator externo atuando sobre o Estado nacional e as ações do Estado-nação, mas deve ser concebida como um processo



tomando forma dentro da economia nacional como parte do mercado mundial.⁶ Pode-se perguntar se a teoria do imperialismo não deveria tomar o mercado mundial como o nível de análise *a priori*, do qual as conclusões, então, possam ser tiradas, em vez de tomar o capital nacional e o Estado a ele associado como ponto de partida. No “rascunho” dos *Grundrisse*, Marx escreveu: “a aparência da troca de valor como simples ponto de partida da superfície pressupõe todo o sistema de produção burguês” (MARX, 1973, p. 907).⁷ Na Introdução, ele fez o conhecido comentário sobre a ideia apenas aparentemente correta de começar com “o real e concreto”⁸ e afirma que a emergência do conceito de trabalho na sua “mais simples abstração” exige o mais completo desenvolvimento prático da “mais moderna sociedade” (p. 105).

Parece razoável tomar esses comentários de validade epistemológica, dirigidos à análise da forma mercadoria, também para aplicar ao *nível* no qual a análise deveria ocorrer e tomá-los como similarmente válidos para o mercado mundial.

Como regra, as mais gerais abstrações surgem apenas em meio ao mais propício desenvolvimento concreto, onde uma coisa aparece como comum a muitos, a todos. Então, ela deixa de ser pensável em forma particular isolada... A mais simples abstração, então, que os economistas modernos põem à cabeça de seus debates, e que expressa uma relação imensuravelmente antiga, válida em todas as formas de sociedade, atinge, entretanto, uma verdade prática como abstração, apenas como categoria da mais moderna sociedade. (MARX, 1973, pp.104-5).

Isso é válido não apenas para a construção de categorias político-econômicas e sua articulação em esquemas dedutivos, mas também para a determinação do nível no qual as categorias, como expressão da realidade social, se situam. Determinar a essência das coisas a partir de sua forma aparente mais completamente desenvolvida significa, então, que o Estado-nação, como forma particular, não deveria mais ser tomado como nível no qual o movimento do capital deve ser analisado: deveria ser o mercado mundial na sua totalidade.

Isso não exige a completa reconstrução das categorias que Marx desenvolveu, mas, sim, o que pode ser chamado de transferência epistemológica do método dialético, e a forma dialética de apresentação para a designação do *nível* no qual capitais individuais agem uns sobre os outros. O nível do movimento do capital, ou, em outras palavras, as

⁶ POULANTZAS, 1975. Para uma crítica parcial da posição de Poulantzas, ver LEUCATE, 1973.

⁷ A tradução em inglês dos *Grundrisse* omite muito do material suplementar incluído na edição alemã.

⁸ MARX, 1973, p.100. Essas observações se tornaram o centro de um extenso debate sobre a relação entre os métodos lógico e histórico de análise. Ver REICHELT, 1970; ROSDOLSKY, 1968; BISCHOFF, 1973.



dimensões de abrangência da unidade de múltiplos capitais, deve em si próprio ser deduzido sistematicamente dos determinantes necessários do processo de acumulação, visto como luta de classes. Em vez de chegar conceitualmente desarmado em algum nível que é tomado como dado factual – seja esse a nação ou o mercado mundial – e tentar traçar o movimento do capital no desenvolvimento de suas leis dentro desse escopo, o objetivo deveria ser determinar a relação entre ambos, tanto nas condições da possibilidade de sua relativa separação como nos termos concretos de sua história de acumulação. “A tendência de criar o mercado mundial é dada diretamente pelo próprio conceito do capital” (MARX, 1973, p. 408).

Essa tendência se torna mais e mais claramente manifesta. O mercado mundial é o lugar “no qual a produção se coloca como totalidade unida em todos os seus momentos, mas dentro da qual ao mesmo tempo, todas as contradições entram em cena” (MARX, 1973, p.227). Torna-se a esfera de um contexto global de produção e troca dentro do qual o capital está em vias de se constituir como um capital mundial real histórico.

De acordo com essa tendência, o capital viaja além de barreiras e preconceitos nacionais, e por sobre a adoração da natureza, assim como sobre a confinada e complacente satisfação tradicional das necessidades presentes, e sobre a reprodução dos velhos modos de vida. Ele destrói tudo isso, e constantemente revoluciona, trazendo abaixo todas as barreiras que se colocam no caminho do desenvolvimento das forças produtivas, da expansão das necessidades, do desenvolvimento da produção em todas as dimensões, e da exploração e troca de forças naturais e mentais. (MARX, 1973, p. 410).

Essa tendência, entendida em termos da teoria da acumulação, deve ser analisada no nível do mercado mundial. Em outras palavras, a acumulação de capital deve ser conceitualmente reconstruída no contexto do mercado mundial. Dessa forma, tal totalidade, partilhas históricas, divisões, a reunião política de capitais no Estado-nação burguês, aparatos de Estado nacionais e suas atividades, devem ser determinados analiticamente como particularidades. O mercado mundial deveria, então, se relacionar como esfera apropriada de circulação de capital com as esferas nacionais de circulação como suas particularidades, definidas nessa relação⁹.

⁹ Em *A Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1977, vol.5, p.89): “A sociedade burguesa engloba todo o cruzamento material de indivíduos em um determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas. Ela engloba toda a vida comercial e industrial de dado estágio e, ao fazê-lo, transcende o Estado e a nação, embora, por outro lado, deva afirmar a si mesma em suas relações externas como nacionalidade, e, internamente, deva se organizar como Estado”.



O nível analítico apropriado é, portanto, o do mercado mundial¹⁰, e a tarefa diante de nós é explicar a sua diferenciação como capitais nacionais e sua organização em Estados-nação. Assim, em vez de investigar a extensão da difusão dos capitais nacionais em capitais agindo e se mesclando em escala mundial, condicionados pelo processo de acumulação, e as consequências que surgem disso por um procedimento metodológico ou analítico – e, portanto, mantendo o foco no Estado-nação burguês – a atenção deveria ser voltada para especificar as condições sob as quais o capital – cujo movimento é internacional em sua própria essência – se particulariza em capitais nacionais e sua organização política delimitada no Estado nacional.¹¹ Um tópico seguinte de exame é como o contexto do mercado mundial do capital no período de internacionalização da produção influencia as relações de classe de forma a unificá-las e diferenciá-las ainda mais, dado que essas relações de classe devem ser, elas próprias, entendidas como um conjunto internacional com centros de gravidade localizados (LEUCATE, 1975, p. 96).

Ao desenvolver essa abordagem, sérios problemas conceituais e metodológicos devem ser enfrentados. As categorias desenvolvidas por Marx no *Capital*, volume 3, que estão preocupadas com a unidade da pluralidade e que contém a competição como um fator efetivo que entra na constituição das categorias – dentre as quais a taxa média de lucro, a composição orgânica do capital, a tendência à queda da taxa de lucro, etc. – são categorias derivadas do conceito de capital em geral¹², que, se usados em uma análise histórica concreta, devem ser correlacionados com o contexto da produção e troca. Dentro desse contexto, as condições da sua existência, a mobilidade do capital e do trabalho, devem ser estabelecidas. Na época em que Marx escreveu *O Capital*, a única unidade que incorporava essas condições necessárias para a constituição das categorias era o Estado-nação burguês e o mercado interno estabelecido dentro dos limites parcialmente dados de antemão e parcialmente conseguidos como resultado de lutas. Uma vez que os limites dos complexos de produção e circulação de capitais inter-

¹⁰ Há, é claro, o perigo de falhar em manter a questão apropriada em mente, e permitir que o problema seja posto e trabalhado de maneira pouco rigorosa, na qual um mercado mundial mais ou menos indistinto e desorganizado, no qual o movimento do capital ocorre praticamente livre de influência estatal, seja tomado como ponto de partida. BRUHN, WÖLFING e KOCH, 1974, cometem esse erro.

¹¹ Somente quando o problema é posto dessa maneira é possível alcançar a determinação de “limites” no sentido do texto acima, e para descobrir as circunstâncias sob as quais elas podem ser superadas.

¹² Sobre esse ponto, a crítica do *Neues Rotes Forum* a Neusüss se justifica. Se, entretanto, for o caso, como *NRF* admite, que a categoria da taxa média de lucro é, em geral, já dada como desenvolvimento ao nível do mercado mundial, é difícil entender por que *NRF* não considera a questão da autonomização em capitais nacionais como um problema. NEUES Rotes Forum, 1973.



relacionados eram, portanto, largamente idênticos com os limites do Estado-nação burguês, as categorias, como a taxa média de lucro, só podiam encontrar referência empírica como categorias refletindo uma realidade histórica em um contexto nacional. A unidade contraditória concreta de múltiplos capitais, correspondendo ao desenrolar histórico do desenvolvimento das forças produtivas e à divisão de trabalho, tinha sua forma aparente historicamente mais desenvolvida, no capital nacional.

Isso não significa, deve-se enfatizar, que Marx desenvolveu essas categorias dependentes do conceito de capital em geral para um contexto nacional, e que seja necessário “des-historicizá-los” por meio de um complexo processo de descontextualização e abstração, mas simplesmente que ele os relaciona em momentos de concretização empírica no quadro nacional. Isso é parcialmente por razões que tem a ver com a natureza histórica da acumulação, mas, parcialmente, também, porque o desenvolvimento conceitual da competição era insuficientemente desenvolvido para permitir uma visão do Estado como a forma política da organização de capitais competidores reunidos juntos em sistemas de reprodução historicamente formados¹³.

Assim, Marx define a taxa média de lucro com base em uma pressuposição metodológica do mesmo grau de exploração do mais valor relativo e absoluto em “um dado país” (MARX, 1967 [vol.3], p. 142), enfatizando que “O que queremos mostrar nesta parte é precisamente a forma pela qual uma taxa de lucro geral toma forma em qualquer país dado” (p.143). Ele fala do processo de equalização da taxa de lucro “em uma dada formação social nacional” (p.196) e assim aplica o conceito de “capital social total” de uma maneira concreta apenas dentro do quadro nacional. De fato, ele não pode conceber o mercado mundial como nenhuma outra coisa que não a agregação de unidades nacionais,¹⁴ e sua explicação da “Diferença Nacional nos Salários” (MARX, 1967 [vol. 1], p. 524) está baseada nisso.

O conceito de capital nacional combina um conceito econômico, sujeito às suas próprias leis, com um conceito político que é, em essência, contingente ao econômico. Como resultado, parece por demais fácil que um conceito político, uma expressão cotidiana curta, torne-se um substituto da consideração sistemática das condições (entendidas do ponto de vista da teoria da acumulação) exigidas para a constituição dessa forma aparente historicamente específica da unidade do capital. No curso do processo de

¹³ Sobre o problema do desenvolvimento da competição em Marx, ver SCHWARZ, 1974.

¹⁴ BRUHN *et al.*, 1974, se baseiam na adoção dessa pressuposição teórica e metodológica.



acumulação, da extensão, diferenciação e intensificação da divisão social do trabalho, do crescente estabelecimento da mobilidade internacional do capital e da interpenetração supranacional, a unidade dos complexos de reprodução divididos (ou seja, capitais nacionais), previamente estabelecidos seletivamente e essencialmente na esfera da circulação, concorre cada vez mais para se tornar um complexo real, unificado, global de reprodução. Até onde esse desenvolvimento provém do processo de valorização do próprio capital, marca uma forma nova, histórica e concretamente, de aparência da unidade do capital, que, em relação à unidade prévia, mostra-se como processo de particularização que deve ser determinado historicamente. A análise dos movimentos do capital deve começar do nível de unidade dentro do qual o movimento do capital efetivamente acontece¹⁵.

Se o movimento do capital, e com ele a lei do valor, forem receber análise conceitual ao nível do mercado mundial, então a derivação e determinação da forma do *Estado burguês* deve ser introduzida nessa dimensão, ou talvez *só possa* ser realizada nesse nível. À luz do fato de que a esfera do movimento do capital e da lei do valor é o mercado mundial, e que a lei do valor, de acordo com as leis internas do capital, progressivamente realiza sua tendência rumo à vigência em todo o mundo, a forma *Estado-nação burguês* – a organização política de complexos de reprodução separados, a condensação política de capitais nacionais – não pode ser derivada meramente das dimensões internas da sociedade de classes produtora de mercadorias, de forma isolada. Não é somente uma questão da derivação do Estado em geral, mas da derivação da organização política específica do mercado mundial em muitos Estados ou, em outras palavras, de explicar a particularização do capital em capitais nacionais, cada um com seus próprios órgãos políticos e suas próprias características. Isso é um pré-requisito indispensável para qualquer análise que tenha como objeto a forma aparente do imperialismo contemporâneo e os problemas do intervencionismo estatal.

O próprio Marx nunca tocou nesse problema extensamente, muito menos ofereceu possíveis soluções para ele. Seus únicos apontamentos sobre o tópico são essencialistas, não desenvolvidos, e não fundamentados, declarações quase analíticas que eram, em última instância, de natureza bastante descritiva.

Ela [a sociedade civil, burguesa] abarca toda a vida comercial e industrial de um dado estágio e, ao fazer isso, transcende o Estado e a nação, embora, por

¹⁵ Para o conceito de unidade usada nesse contexto, ver MARX, 1973, pp.159-161.



outro lado, novamente, deva se afirmar em suas relações externas como nacionalidade e, internamente, deva se organizar como Estado. (MARX e ENGELS, 1977 [vol. 5], p. 89)

Mas ele [o Estado] nada mais é do que a forma de organização que os burgueses são compelidos a adotar, tanto para interesses internos quanto externos, para garantia mútua de sua propriedade e de seus interesses. (p. 90).

Ou na descrição que mistura junto todo um arco de formas historicamente diversas:

A ‘atual sociedade’ é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, livres em variados graus da dose de medievalismo, modificada em variados graus pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, e desenvolvida em grau diverso. Em contraste com isso, o ‘atual Estado’ muda com a fronteira de cada país. Ele difere entre o Império Prussiano-alemão e a Suíça, entre a Inglaterra e os Estados Unidos. ‘O atual Estado’ é, portanto, uma ficção.

Apesar disso, os vários Estados dos vários países civilizados, apesar de sua heterogênea diversidade de forma, têm algo sim em comum: todos eles se erguem a partir da moderna sociedade burguesa, embora o nível de desenvolvimento capitalista varie. Eles, portanto, também compartilham certas características essenciais. Nesse sentido, pode-se falar em ‘atuais Estados’. (MARX e ENGELS, 1969, p. 32).

Em cada um desses trechos, a natureza multiestados do mercado mundial é pressuposta, nunca examinada.

Assim, a teoria materialista, em seu atual estado de construção e reconstrução, dificilmente oferece pontos de contato para a apresentação, no contexto de uma rigorosa derivação, da organização estatal específica do mercado mundial. Nem, por outro lado, pode um argumento razoável ser produzido para mostrar que tal derivação é impossível. Tampouco a resposta pode ser encontrada tomando algum conceito de Estado e fazendo uma dedução plausível de sua pluralidade, aplicando-a na mudança histórica concreta. Qualquer dedução desse tipo permaneceria insatisfatória: as mudanças ainda teriam de ser explicadas.

A maneira mais adequada de chegar ao esclarecimento conceitual delineado seria por meio da análise histórica embasada e acompanhada de reflexão sistemática¹⁶.

¹⁶ Uma tentativa foi feita nessa direção por Heide Gerstenberger, cf. GERSTENBERGER, 1973. Nesse artigo, ela embarca, mais ou menos explicitamente, na análise conceitual da forma de desenvolvimento histórico. Rejeitando o tipo de derivação teórica dessas formas, agora em discussão, ela tenta estabelecer os componentes relevantes da determinação da função do Estado burguês a partir da reconstrução do curso histórico no seu próprio fazer. Essa generalização abstrata dos processos históricos, levada adiante sem a dimensão extra da reflexão conceitual, contribui pouco para o entendimento do fenômeno concreto



O mercado mundial deve ser visto como um contexto efetivamente internacional de competição que tudo abarca, organizado em Estados e especificamente estruturado, dentro do qual a forma-Estado surge e se consolida, e os Estados formam suas estruturas econômica, social e política características.

A concretude do Estado-nação particular e a determinação de sua forma econômica devem ser explicadas em termos das circunstâncias históricas particulares e condições sob as quais os capitais nacionais totais se desenvolvem. Desses fatores, um *papel dominante* deve ser dado à sua posição dentro do contexto do mercado mundial. Mas essa concretude, apesar de ser em essência contingente ao capital, teve, apesar disso, um efeito decisivo historicamente sobre a formação factual do processo de acumulação dentro de limites específicos. Então, isso, por sua vez, desempenhou um papel decisivo na determinação do padrão particular de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de classes e, por último, mas não menos importante, na configuração específica do aparato de Estado, suas funções e a percepção de suas funções, tanto quanto sua posição no contexto da sociedade de classes. As características territoriais preexistentes do sistema pré-capitalista de reprodução e a estrutura de seu aparato administrativo de poder são igualmente de importância central.

Uma reflexão conceitual deve ser introduzida na análise da formação da sociedade burguesa no contexto do mercado mundial, que é “a base e o elemento vital da produção capitalista” (MARX, 1967 [vol. 3], p.110) – da conexão entre o crescimento dos sistemas nacionais de reprodução e o desenvolvimento do mercado mundial, e das influências, via mercado mundial, sobre as características específicas e modos de ação do aparato de Estado nacional. A explicação histórica da origem do modo de produção capitalista na forma particular dos capitais nacionais e do mercado mundial, assumindo a forma de organização de Estados-nação políticos exige a descoberta e reconstrução das condições sistemáticas para a constituição das categorias. Porque se, como aqui se sustenta, o mercado mundial é o *nível* analítico apropriado, sobre o qual espaços efetivamente delimitados do movimento do capital devem ser determinados, então, isso designa uma dimensão que, dentro do capitalismo, é histórica apenas em relação à efetividade da delimitação, não em relação à adequação do nível de análise. Em outras palavras, trata-se de reconstruir, como essência das categorias, a realidade do contexto

particular, e não permite sua determinação como expressão das leis governando toda a estrutura da formação social, ou como autonomizações específicas, elas próprias necessitando explicação.



do mercado mundial, manifestado desde os primórdios do modo de produção capitalista até o seu desenvolvimento em capitalismo monopolista e imperialista.

A existência de entidades regionalmente delimitadas exercendo soberania foi, desde o início, a pré-condição e suporte específico da constituição e consolidação de um complexo de trocas baseado na divisão do trabalho, na base do modo de produção capitalista e, assim, também no desenrolar das leis do capital. Mas, ao mesmo tempo, o estabelecimento do modo de produção capitalista pressupunha o mercado mundial; por um lado, pela captura de riquezas e absorção de matérias-primas; por outro, o mercado mundial foi o elemento vital do capital de tal maneira que os processos desarticulados de acumulação não se conformaram em uma única unidade, mas, em vez disso, usando e modificando a função de fronteiras e aparatos de dominação preexistentes, esses capitais assumiram formas políticas de organização – as do Estado burguês – que se relacionam competitivamente umas com as outras. “As colônias criaram o mercado mundial, e o mercado mundial é a condição da empresa industrial em larga escala” (MARX e ENGELS, 1977 [vol.6], p. 167).

Devido à sua dupla função como provedor de matérias-primas, metais preciosos, artigos de luxo e de escravizados, e como saída de mercado para produtos predominantemente manufaturados (GERSTENBERGER, 1973, p. 207), a constante expansão do mercado mundial, inicialmente em um tempo de estruturas ainda predominantemente feudais¹⁷, agiu como poderosa força motora na acumulação de tesouro, circulação de dinheiro e produção de commodities para a expansão do mercado (KAEMMEL, 1966; MARX e ENGELS, 1977 [vol.6], pp.184-5). O mercado mundial é um componente integral desses processos que têm como seu resultado a acumulação primitiva e a revolução industrial; em outras palavras, o estabelecimento do modo de produção capitalista e suas leis. Isso quer dizer que desde as origens do modo de produção capitalista, o mercado mundial é integrado às economias nacionais, nas quais esse processo acontece.

No curso de assegurar e manter a base material de sua supremacia, o aparato político do domínio feudal foi transformado em Estado absoluto, que, numa coalizão, em parte objetiva e em parte direta, com o capital mercantil e manufatureiro, enfraqueceu suas próprias fundações econômicas e sociais para agir como parteiro do modo de

¹⁷.Leon, em particular, lançou luz sobre o significado social da desfeudalização “estagnante”.



produção capitalista (LEON, 1970, p.38)¹⁸. A “centralização e organização do poder de Estado” (MARX e ENGELS, 1977 [vol.6], p. 312) conseguida pelo Estado absoluto, precondição para uma série de medidas de longo alcance com o objetivo de aumentar a riqueza, e centradas na ascensão da burguesia (MARX e ENGELS, 1977 [vol.5], p.69; KULISCHER, 1929, p.138; HUBERMANN, 1975, p.158), exigiu o estabelecimento definitivo das fronteiras estatais que, gradualmente, perderam seu caráter dinástico e adquiriram uma crescente significância econômica, tornando-se a estrutura dentro da qual o Estado-nação burguês gradualmente se formou.

Com a implementação do sistema monetário supervisionado pelo Estado (MARX, 1973, pp. 873-4) e a expansão dos canais de comércio e troca, o Estado absoluto promoveu a unificação das condições de circulação. “A burocracia mantinha a noção de unidade contra os vários Estados dentro do Estado” (MARX e ENGELS, 1977 [vol. 3], p.79). Admitidamente, em sua dimensão social, essa unidade foi restrita à burguesia proprietária que sustentou o Estado-nação burguês; restrita, de fato, ao capital. Mas ela necessariamente também continha em si o antagonismo de classes que negava tal unidade. Em sua dimensão territorial, ela englobava o espaço dentro do qual o capital se movia como complexo de circulação e produção baseado na divisão do trabalho, um espaço que foi dado e formado pelas ações do Estado absolutista.

Nos seus assuntos externos, o Estado absoluto mercantilista ainda era plenamente comprometido com a teoria de que a riqueza seria obtida pelo comércio. Ele funcionava como executor de um sistema de “exploração regulada pelo Estado por meio das trocas, que desempenharam um papel excepcionalmente importante na época dos primórdios da indústria capitalista. Foi, em essência, a política econômica de uma era de acumulação primitiva” (DOBB, 1963, p. 209). A modesta produtividade do trabalho não permitiu a um conceito de mais-valor se desenvolver; o lucro era compreendido como resultado de uma vantagem ganha como resultado das diferenças de preço, e no nível nacional isso significava importar o mínimo e o mais barato possível, e exportar o máximo e mais caro possível. Como resultado, o objetivo central das políticas mercantilistas era um controle monopolista dos mercados de exportação e uma estrutura de produção nas colônias voltadas para as necessidades da indústria e manufatura domésticas. Por isso, um sistema compreensível de regulação estatal, expressão da necessidade ainda extrema

¹⁸ Nisso, os interesses da monarquia e da burguesia coincidiam, em particular o sistema de endividamento nacional. MARX, 1967 [vol.1], p.706; KAEMMEL, 1966, p.212; KUCZYNSKI, 1961, p.40.



do modo de produção capitalista por proteção e apoio, forneceu o verniz para a necessária força de trabalho e a promoção da vida industrial (MARX, 1967, [vol. 1], p. 686; KUCZYNSKI, 1961, p.101; BONDI, 1958, p.3). As fronteiras protetoras tornaram-se uma barreira alfandegária para a produção e para o mercado interno enquanto o capitalismo em ascensão precisasse de proteção dentro de fronteiras para “fabricar capitalistas” (MARX, 1967, p.717; MARX e ENGELS, 1977 [vol.6], p.450).

Por meio dessa política de otimização da força no mercado mundial, o Estado mercantilista atingiu a integração sistemática do mercado mundial na economia nacional, e a estruturação da economia nacional para o mercado mundial. Em sua política externa – e não apenas fazendo guerra, mas também na provisão de garantias legais nas operações do comércio internacional – o Estado aparece claramente como representante e garantidor do modo de produção dominante. Assim, a força política e militar do Estado dentro do sistema internacional serviu desde o início aos interesses imediatos da burguesia ascendente (KULISCHER, 1929, p.102; GERSTENBERGER, 1973, p.213)¹⁹. No curso do desenvolvimento de um sistema de direito internacional, os Estados vieram a reconhecer uns aos outros como representantes políticos de complexos de produção e circulação separados, delimitados; unidades que, desenvolvendo-se em torno de antagonismos, constituem os Estados-nação burgueses²⁰.

Assim como o mercado mundial era a base necessária de acumulação primitiva, e assim como a precondição desta era a delimitação territorial e soberana do Estado nacional burguês emergente, também a revolução industrial foi realizada em meio à dimensão dessa unidade contraditória de dois elementos. Nem o velho modo de produção bastava para “o crescimento dos mercados e a competição entre capitalistas, que crescia ainda mais rapidamente” (MARX, 1967, [vol.1], p.443) a nível internacional – ampliados pelo capital mercantil e a manufatura –, e nem o capital nacional em desenvolvimento permaneceu, a qualquer momento, dentro de suas fronteiras.

Por um lado, o efeito imediato do maquinário é aumentar a demanda de matéria-prima da mesma forma como, por exemplo, o descaroçador de algodão aumentou a produção de algodão. Por outro lado, o barateamento de artigos produzidos por maquinário, e os meios de transporte e comunicação melhorados, fazem o polimento das armas para conquistar os

¹⁹ A afirmação de Hilferding de que a burguesia só apresenta interesse na força de seu Estado durante a fase monopolista do capitalismo parece infundada. Ver HILFERDING, 1968.

²⁰ Enquanto que, por centenas de anos, Estados não-europeus não reconheceram qualquer princípio de soberania ou integridade nacional, e intervieram largamente nos assuntos uns dos outros de uma maneira bastante aberta. Ver Rudolf Arzinger, 1966, pp.20.



mercados externos. Ao arruinar a produção artesanal em outros países, o maquinário forçosamente os converte em campos para o fornecimento de suas matérias-primas. Dessa forma, a Índia Oriental foi compelida a produzir algodão, lã, cânhamo, juta e índigo para a Grã-Bretanha. Ao constantemente tornar parte dos braços disponíveis “excedentes”, a indústria moderna, em todos os países onde criou raízes, dá um ímpeto à emigração e à colonização de terras estrangeiras, que são daí em diante convertidas em assentamentos para cultivar a matéria-prima para a pátria-mãe; assim como a Austrália, por exemplo, foi convertida em uma colônia para criar lã. *Uma divisão de trabalho nova e internacional, uma divisão adequada às exigências dos centros-mestres da indústria moderna, ganha impulso, e converte uma parte do mundo em um campo de produção largamente agrícola, para prover a outra parte, que permanece largamente um campo industrial.* (MARX, 1967, [vol. 1], pp.424-5 [ênfase nossa]).

Assim, com a revolução industrial, o país que passava pela industrialização tornava-se efetivamente imerso em uma estrutura de divisão internacional do trabalho e, operando segundo a dinâmica de valorização do capital, gerava mudanças permanentes nela²¹. No violento processo no qual a estrutura da divisão internacional do trabalho foi estabelecida, as estruturas de comércio e de produção das colônias foram formadas para se adequar às exigências do capital manufatureiro e industrial (MARX, 1967 [vol. 1], p.705) e, assim, atingir a acumulação necessária para assegurar o consumo de capital necessário para o sucesso e para a prosperidade do modo de produção capitalista nas regiões metropolitanas (KUCZYNSKI, 1961, p.181; HOBBSAWM, 1968, p.37). A estrutura das relações internacionais se tornou “a expressão de uma particular divisão internacional do trabalho” (MARX e ENGELS, 1969 [vol.1], p. 520) e era alterada de acordo com ela; Histórias separadas e particulares se tornaram subsumidas e condensadas, em uma História mundial única (MARX e ENGELS, 1977 [vol. 5], pp.50-51).

Esse processo, que começou na Inglaterra com o apoio de um aparato de Estado com ativo envolvimento internacional²², foi vantajoso para o capital britânico e prejudicial

²¹ “Graças à máquina, o fiandeiro pode viver na Inglaterra enquanto o tecelão reside nas Índias Ocidentais. Antes da invenção do maquinário, a indústria de um país era mantida largamente com as matérias-primas que eram produtos de seu próprio solo; na Inglaterra – lã; na Alemanha – linho; na França – sedas e linho; nas Índias Orientais e no Levante – algodão, etc. Graças à aplicação da máquina e do vapor, a divisão de trabalho foi capaz de assumir dimensões tais que a indústria em larga escala, destacada do solo nacional, depende inteiramente do comércio mundial, da troca internacional, de uma divisão internacional do trabalho” (MARX e ENGELS, 1977 [vol. 5], p.187).

²² Usando o exemplo do sistema de duplo governo sobre o território governado pela *East India Co.*, Marx mostra a necessidade e as origens administrativas da presença estatal para assegurar a reprodução. O texto também ilustra a necessária mudança de função das economias dependentes desde puras áreas de extração até centros de troca, e o papel que o aparato de Estado assume nesse processo ao prover as mediações políticas necessárias, num texto intitulado *A Companhia da Índia Oriental, sua História e Resultados* (MARX e ENGELS, 1973, p.307).



para a reprodução autônoma daqueles países onde a desigualdade do desenvolvimento político e econômico fazia as relações feudais muito mais estáveis e resistentes às influências externas. Uma vez que o mercado mundial tinha tomado forma, e uma vez que o modo de produção capitalista fora estabelecido, os Estados europeus remanescentes foram compelidos a abrir-se a ele sob pena de estagnação econômica ou perda de base material de sua autoridade. Onde faltavam as pré-condições sociais, essa abertura foi conseguida por meio do envolvimento ativo do aparato de Estado, que devia em grande medida a sua forma específica e localização na sociedade de classes exatamente às suas intervenções a serviço do estabelecimento das relações de produção capitalistas.

Desde 1825, a invenção e o emprego de máquinas é simplesmente o resultado da guerra entre empresários e trabalhadores. E mesmo isso é verdade apenas na Inglaterra. As nações europeias são compelidas a adotar o maquinário pela competição à qual são submetidas pelos ingleses, tanto nos seus próprios mercados domésticos quanto no mercado mundial (MARX e ENGELS, 1969 [vol.1], p. 521).

Enquanto a Inglaterra estava em competição no mercado mundial com Estados que ainda estavam num estágio de capitalismo quase puramente mercantil, os Estados europeus foram confrontados, tanto nos mercados domésticos como externos, por um competidor tecnologicamente superior, com extensas conexões no mercado mundial, que estava permanentemente em posição de realizar transferências de valor por meio de trocas desiguais lucrativas. Eles foram, assim, forçados, por um lado, a criar um complexo de produção e circulação sujeito ao seu próprio controle, e protegido tanto quanto possível das influências externas por meio de tarifas protecionistas²³; e por outro, a revolucionar relações econômicas e sociais para introduzir relações capitalistas e promover o desenvolvimento de condições competitivas de produção, ou, em poucas palavras, desenvolver um capital nacional que fosse competitivo no mercado mundial. Quanto menos decadentes as relações pré-capitalistas de produção estivessem, mais a aceleração da acumulação mediada pelo Estado contribuía para a petrificação de relações de classe pré-capitalistas, e mais autônomo se tornava o aparato de Estado. Assim, em cada país metropolitano que passava por acumulação primitiva e revolução industrial na sequência da Inglaterra, as relações de classe e a relação do aparato de Estado com a

²³ Sobre o problema das tarifas protecionistas, ver o *Discurso sobre a Questão do Livre Comércio* (MARX e ENGELS, 1977 [vol.6], p.450) e a *Carta para Annenkov* (vol.5, p.73).



sociedade adquiria de uma forma específica a marca da posição daquele país no mercado mundial²⁴.

Enquanto na Inglaterra a burguesia em coalizão com uma aristocracia largamente aburguesada foi capaz de assegurar sua influência sobre o aparato de Estado com relativamente pouco uso da força ou matança (FREUND, 1951; KAEMMEL, 1966, p.250; KUCZYNSKI, 1961, p.215; HOBBSBAWM, 1968, pp. 63-5; MARX, 1967 [vol.1], p.702.), na França, em contraste, foi necessária uma crise econômica, mediada pelo mercado mundial, e resultou em convulsões revolucionárias, para que a burguesia ganhasse influência sobre a estrutura e atividade do aparato de Estado. Além disso, a república burguesa, como expressão histórico-política do modo de produção capitalista consolidado, foi capaz de se estabelecer na França apenas cerca de quarenta anos mais tarde que na Inglaterra. Na Alemanha prussiana, por outro lado, com seu frequentemente citado “início tardio”, o confronto entre relações feudais relativamente estáveis e a necessidade de autoafirmação no mercado mundial desenvolveu-se em formas de acumulação forçada (nas quais um sistema bancário relativamente desenvolvido desempenhou um papel importante – GERSCHENKRON, 1962, p.14; BAIROCH, 1973, p.541), penetração prolongada e, por muito tempo, incompleta das relações do capital, e persistência de condições feudais²⁵. A ação política do aparato de Estado eliminou os obstáculos à acumulação primitiva e industrialização que, embora não tivessem ainda se tornado barreiras para os processos sociais e econômicos determinados internamente, tinham se provado internacionalmente limitantes. Em total contraste ao Estado alemão, que nunca superou completamente a falta de desenvolvimento de suas relações de classe e a relativa autonomia do aparato de Estado, o Estado norte-americano pode ser visto quase como resultado direto das medidas em direção ao mundo exterior que têm de ser tomadas por uma sociedade burguesa relativamente desenvolvida em uma situação histórica na qual os antagonismos de classe são profundamente distorcidos e escondidos, e onde há condições incomumente favoráveis para a reprodução autônoma (MARX, 1973, p. 884). Faltando-lhe quaisquer objetivos sobre e acima da sociedade, o aparato de Estado

²⁴ Isso não deve ser entendido como uma variedade de monocausalidade. Em vez disso, é uma questão de dar o devido peso a um fator determinante que foi por muito tempo desconsiderado.

²⁵ “A independência do Estado só é encontrada hoje em dia naqueles países onde as parcelas ainda não se desenvolveram completamente em critérios de classe, onde as parcelas, destruídas nos países mais avançados, ainda desempenham um papel, e existe aí uma mistura, onde conseqüentemente nenhuma seção da população pode atingir dominância sobre as outras”. (MARX e ENGELS, 1977 [vol.5], p.90).



nos EUA desenvolveu-se em reflexo administrativo das necessidades dos processos políticos e econômicos da clientela envolvida, e com os mais estreitos laços com ela²⁶.

O estudo da relação histórica material²⁷ diante do estabelecimento do modo de produção capitalista torna claro que ele só pode, em geral, surgir dentro do contexto de um mercado mundial estabelecido pelo capital mercantil. O mercado mundial é a precondição, “a base e o elemento vital” do capital (MARX, 1967 [vol.3], p. 110), e, portanto, logicamente inseparável do conceito de capital, embora em sua forma concreta, como espaço permeado e estruturado pelo capital, ele dependa de um desenrolar histórico das relações de produção capitalistas. Na transformação dos limites territoriais preexistentes em Estado-nação burguês, como forma política de organização, base necessária à operação do capital, o mercado mundial retém seu princípio característico de organização, de realização geral que reflete a penetração das relações capitalistas de produção. De importância premente como elemento constitutivo, o mercado mundial em todo o tempo permaneceu uma influência real e fator condicionante no processo de desenvolvimento de complexos capitalistas de reprodução nacionalmente organizados, e afirma sua dimensão dentro do processo nacionalmente organizado de acumulação, tanto em períodos de prosperidade como de crise²⁸.

Se o mercado mundial é a base e o escopo integral do modo de produção capitalista, o Estado-nação burguês também é a base: o Estado-nação burguês é, tanto historicamente quanto conceitualmente, parte do modo de produção capitalista²⁹. A relação econômica de força nas relações de produção capitalistas sempre exigiu, para sua contínua dominação lucrativa, assim como para o seu estabelecimento, o exercício da força política, localizada no aparato do Estado burguês, para intervir e para protegê-las. Que essa força de Estado não é *única* e central, congruente em seu domínio com o desenvolvimento e extensão do modo de produção capitalista, mas aparece como pluralidade, e impõe ao mercado mundial o princípio da organização em Estados

²⁶ Para o processo histórico de constituição do governo federal estadunidense, ver GERSTENBERGER, 1973.

²⁷ Sobre o processo histórico da inter-relação do mercado mundial, introdução nacionalmente centrada do modo de produção capitalista, Estado nacional burguês e a expressão específica tomada pelo aparato de Estado e sua relação com a sociedade burguesa, ver BRAUNMÜHL, 1976.

²⁸ Esse é um fator que Marx e Engels sempre levaram na mais alta consideração nos seus escritos históricos. Os artigos escritos para a *Nova Gazeta Renana* entre 1848 e 1850 são exemplares a esse respeito. Ver os artigos da *Nova Gazeta Renana*, na coleção *Revolutions of 1848*, de 1975.

²⁹ O suficiente já foi dito sobre esse ponto no curso da discussão sobre a derivação teórica do Estado burguês. Tornou-se aceito de forma geral, e não é necessário ir além disso.



nacionais – isso se deve essencialmente à *dominação que caracteriza* relações em todas as sociedades prévias e à forma específica que essa dominação assume sob o capitalismo. A existência de um aparato de Estado é, em si mesma, a admissão por parte de uma sociedade que a sua reprodução se organiza na dimensão da dominação, que ela é uma sociedade de classes (MARX e ENGELS, 1969 [vol. 3], p. 327). Em última instância, são as condições de intercâmbio material entre Homem e natureza, e o desenvolvimento das forças produtivas o que dá à frase “a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes” (MARX e ENGELS, 1977 [vol. 1], p. 108) a sua forma concreta historicamente específica, referida por Marx e Engels como formação social (vol.1, p.504), que corresponde, em cada caso, a uma forma específica de exercício e preservação de autoridade.

As formações estatais pré-capitalistas, com suas fronteiras historicamente contingentes, fortemente dependentes em sua extensão ao desenvolvimento das forças produtivas, se caracterizam igualmente pela natureza de sua dominação interna e pela rivalidade da luta externa pelo poder. A fronteira marcava o fim de uma e o início da outra. O modo de produção capitalista passa, então, a existir dentro desses territórios com limites pré-existentes, onde a autoridade e competição prevalecem. No modo de produção capitalista, a dominação é reproduzida no próprio mecanismo de funcionamento econômico, e, ainda assim, precisa de proteção *politicamente* reguladora e repressora, precisamente porque, como autoridade anarquicamente exercida, é incapaz de ser adequadamente garantida pela operação das leis de produção. Muitos centros do capital surgem; reprodução e acumulação ocorrem dentro de áreas limitadas, o capital toma posse do aparato político de força existente para se impor e se proteger, reformando-o e expandindo-o de acordo com suas próprias necessidades. No Estado-nação, a burguesia se constitui como unidade operando politicamente no mercado mundial em relação competitiva com outras burguesias nacionais, assim como, dentro do quadro das fronteiras nacionais, frações da burguesia “só constituem unidades politicamente ativas por meio de sua relação com o Estado” (HIRSCH, 1976).

Os complexos políticos de produção e troca têm uma densidade específica que estabiliza fronteiras e dá a elas sua relevância econômica apenas na medida em que elas particionam capitais historicamente para constituir um capital nacional total. Por meio do aparato de Estado nacional, a burguesia fracionada organiza *intervenções estatais*, das mais diversas formas, nos movimentos do capital no mercado mundial. Se tais



intervenções são focadas domesticamente, ou se envolvem ação dirigida para fora, depende dos imperativos particulares de valorização e das constelações de classe particulares.

Assim, há estruturas pré-existentes de autoridade cujas bases são transformadas com o estabelecimento do modo de produção capitalista. Uma vez embarcado no processo de seu desenvolvimento, o capital impõe suas leis sobre os governantes dentro de uma área territorial definida, sob pena de perderem seu poder pela gradual erosão de sua base, realizada por assalto interno ou externo. Os aparatos de poder existentes, ao agir para manter a base material de sua autoridade, funcionam como veículos objetivos do modo de produção capitalista, e como executores administrativos do “processo de dissolução histórica e fatores das condições para a existência do capital” (MARX, 1973, p. 507). Nessa medida, eles se baseiam na esfera de autoridade politicamente predominante previamente, cujos limites cada vez mais perdem seu caráter puramente político e passam a constituir o complexo de produção governado pela divisão do trabalho, a unidade de capitais competidores, que encontra expressão conceitual na taxa média de lucro nacional.

O caráter universal do modo de produção capitalista também se afirma no fato de que ele traz à tona e fortalece o Estado-nação burguês como complexo de reprodução de uma densidade específica separada dos outros Estados-nação burgueses, como centro parcial de acumulação.

Uma vez que o modo de produção capitalista havia se estabelecido na Inglaterra, formas de produção nacional menos desenvolvidas em outros países começaram necessariamente a ser consideradas obsoletas diante da indústria de larga escala inglesa (MARX, 1973, p. 917). O estabelecimento específico do modo de produção capitalista na França e Alemanha mostra de maneira exemplar a necessidade de formar centros nacionalmente determinados de acumulação de capital, mediados por um aparato de Estado. A necessidade derivou da premissa *política* de uma autoridade econômica e política, e que foi feita a custo, naturalmente, da transferência de autoridade das mãos das classes feudais para as da burguesia.

A relevância da formação de centros politicamente limitados emerge ainda mais claramente da consideração do surgimento dos EUA. O conflito entre as colônias e o país materno eclodiu no preciso momento em que uma divergência de visões ocorria sobre a autoridade a dispor sobre o capital gerado pela acumulação primitiva, e na qual a



disposição econômica favorável à Inglaterra ameaçava centralmente a autonomia da autoridade política e econômica das colônias. A independência política das classes dominantes dos EUA exigia a constituição de um Estado burguês delas próprias como condição para prover a base econômica para o domínio via modo de produção capitalista. No fundo, toda a patética retórica sobre liberdade que a Guerra de Independência produziu não foi mais do que cobertura legitimadora de reivindicações de dominação competidoras, que ali ainda exigiam a constituição formal daquilo que na Europa já era dado pela soberania territorial.

A forma do Estado-nação burguês, do mercado mundial organizado em Estados-nação, adquire, como centro delimitado, legalmente soberano, de um complexo capitalista de troca e produção, a função de assegurar, tanto interna quanto externamente, o poder político-econômico das burguesias competindo no “sistema internacional”. A forma, por maior que seja a sua significância econômica (já que “As relações de indústria e comércio dentro de cada nação são dominadas pelo cruzamento com outras nações e são condicionadas por relações com o mercado mundial” [MARX e ENGELS, 1977, p.149]³⁰) é, em última instância incompreensível sem recorrer ao *momento político de dominação*, que é implícito na correlação de forças econômica entre trabalho assalariado e capital, e sem referência às *reivindicações rivais de dominação* defendidas por portadores de autoridades competidoras. Esse momento político aqui adquire um significado fundamental, de tal forma que sem a sua introdução na derivação esquemática do político a partir do econômico – sendo a competição entre burguesias nacionais um mero reflexo da competição entre capitais nacionais– a constituição desse capital nacional, a insistência sobre a sua própria fundação e o exercício de autoridade não podem se estabelecer; isso se opõe à participação lucrativa, teoricamente concebível, em uma autoridade não-nacional.

Na organização nacional do mercado mundial, com todas as suas implicações para o desenvolvimento do poder e para o seu exercício, há, apesar de tudo, uma admissão; admissão, novamente, de que a dominação está no cerne do modo de produção capitalista, e com ela a luta antagônica e competitiva para mantê-la por quaisquer meios. O Estado-nação burguês é, de fato, a locação primária para a reprodução social das

³⁰ A interconexão íntima das nações industrializadas também pode ser vista no aumento de mais de 70% do comércio mundial dentro da Europa entre 1840 e 1850. Isso foi um aumento rápido sem precedentes, não ultrapassado em todo o século XIX.



relações de classe: é nele que as medidas políticas repressivas para a sua preservação são realizadas, e isso se torna cada vez mais claro com o crescimento coincidente do escopo de reprodução econômica e social. Por outro lado, a autoafirmação política de um Estado nacional específico, e o arsenal de meios de poder que vão junto com ele, são, de fato, a pré-condição para uma autoafirmação econômica de longo prazo. Entretanto, nenhuma das considerações de reprodução, nem econômica nem social, são adequadas para explicar a recusa de uma burguesia nacional em aceitar a sujeição político-territorial de outra. Mesmo em casos de grande dependência econômica, na sempre frágil união da burguesia nacional com seu próprio Estado-nação, a sociedade de classe se revela como nexo de dominação.

Os complexos de reprodução centrados nos limites dos Estados-nação definem-se como complexos de autoridade nacionalmente autônomos, principalmente através da propriedade dos meios de produção por parte da burguesia nacional, que no aparato de Estado criou um órgão de autoridade que irá representá-la em seus próprios interesses. Enquanto a base para tal autoridade estiver enraizada na contínua apropriação de mais-valor, burguesias nacionais vão competir umas com as outras pelo mais-valor produzido no mercado mundial, e a grandeza, as formas, a estratégia e os métodos usados nessa competição são centralmente dependentes do processo de acumulação e crise como um processo cada vez mais internacional. O Estado-nação é, assim, não meramente a forma histórica de dominação dentro da qual o capital primeiro se desenvolve e se torna um complexo nacionalmente centrado de produção e troca, mas é também – mediado pelo desenvolvimento nacional no curso da acumulação, mediado acima de tudo pelo aparato de Estado – um instrumento necessário, indispensável, para assegurar o resultado lucrativo da valorização do capital nacional em sua competição com muitos outros capitais combinados juntos em Estados-nação. Ele é o garantidor e regulador das condições necessárias para a reprodução do capital dentro da estrutura do Estado-nação e, ao mesmo tempo, o aparato de repressão da força de trabalho nacional. Como se afirma no *Manifesto Comunista*, a luta de classes é, “embora não em essência, ainda assim na sua forma... uma luta nacional” (MARX e ENGELS, 1969 [vol.1], p.124)³¹. Mesmo se a internacionalização da acumulação envolve a determinação cada vez mais internacional

³¹ Essa distinção, primeiramente feita por Marx e Engels, foi tomada na discussão francesa sobre o imperialismo e aplicada em conexão com a diferenciação entre reprodução econômica e social. Ela, até agora, causou pouco impacto na discussão na Alemanha Ocidental.



da exploração, e a direção dos processos de produção nacional particulares são estruturados pelas condições de competição internacional, e diferenças de produtividade, a autoridade que defende essa exploração ainda continua a ser mediada nacionalmente. É precisamente a realização do complexo internacional de acumulação e crise, funcionando como pressão para a equalização dos diferentes níveis nacionais de produtividade, que ativa o interesse da burguesia nacional em defender a base de seu poder que, imperialista, transcende as fronteiras nacionais; ela mobiliza o aparato de Estado em sua defesa e, assim, apesar da crescente distância entre os processos de acumulação e as fronteiras estatais, consolida a organização do mercado mundial em Estados-nação³².

A relação entre o mercado mundial e o Estado-nação deve, portanto, ser entendida como um *continuum* interno ao capitalismo, e ser determinada com referência às leis que se desenvolvem do processo de acumulação de capital numa forma histórica concreta específica. Nesse contexto, é necessário alcançar um entendimento mais preciso do conceito extremamente embaçado de mercado mundial. Marx usa o conceito para descrever a localização das relações de troca internacional que, em um processo com duração de séculos, ajudaram a acelerar a destruição das relações feudais (MARX, 1967 [vol. 3], pp. 238-9). Quando, entretanto, ele escreve sobre o “entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial, e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista” (MARX, 1967 [vol. 1], p. 714-5), o mercado mundial é visto como o domínio plenamente desenvolvido do movimento do capital. Claramente, uma distinção teórica deve ser traçada aqui entre duas coisas separadas, que estão conectadas pelo desenvolvimento do capital de acordo com suas próprias leis internas, e distinguidas pelo nível de acumulação historicamente diferente e estruturação diferente da divisão internacional do trabalho. Parte da tarefa de qualquer teoria do imperialismo é tentar explicar essas determinações historicamente diferenciadas com base na teoria da acumulação.

Tradução

³² Poulantzas tenta lidar com isso por meio de sua distinção entre o conceito de burguesia interna e de burguesia nacional, sem, entretanto, ser capaz de traçar um critério adequado para distinguir entre elas. (POULANTZAS, 1975, p.34-70).



Luiz Felipe Brandão Osório, Professor de Relações Internacionais na UFRRJ. E-mail: luizfelipe.osorio@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6058-7809>

Ícaro Rossignoli, Mestrando em História na Universidade Federal Fluminense. E-mail: icarorossignoli@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9430-933X>

Referências bibliográficas

ARZINGER, Rudolf. **Das Selbstbestimmungsrecht im allgemeinen Volksrecht der Gegenwart**. Berlim Oriental: Staatsverlag der DDR, 1966.

BAIROCH, Paul. Commerce internationale et genèse de la revolution industrielle anglaise. **Annales Economies, Sociétés, Civilisations**, Paris: Cambridge University Press, vol. 28 (2), pp. 541-571, 1973.

BISCHOFF, Joachim. **Gesellschaftliche Arbeit als Systembegriff**. Berlim: VSA , 1973.

BONDI, Gerhard. Deutschlands Aussenhandel, 1815-1870. Berlim: Akademie-Verlag, 1958.

BRAUNMÜHL, Claudia von. Weltmarktbewegung des kapitals, imperialismus und Staat. *In*: BRAUNMÜHL, Claudia von et al. **Probleme einer materialistische staatstheorie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, p. 11-91, 1973.

_____. Weltmarkt und Staat. **Gesellschaft: beiträge zur Marxschen theorie**, Frankfurt am Main, 8/9, p. 273-334, 1976.

BRUHN, H., WÖLFING, D., & KOCH, B. Das Geld im Imperialismus. **PROKLA. Zeitschrift für Kritische Sozialwissenschaft**, Berlim, 4 (11/12), p. 149–210, 1974.

BUKHARIN, Nikolai. **Imperialism and world economy**. London: Merlin Press, 1972.

BUSCH, Klaus. Zur Diskussion über internationale Durchschnittsprofitrate, ungleichen Tausch und komparative Kostentheorie anhand der Thesen von Arghiri Emmanuel. **PROKLA. Zeitschrift für Kritische Sozialwissenschaft**. Berlim, 8/9, p. 47-88, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Politique et développement dans les sociétés dépendantes**. Paris: Ed. Anthropos, 1971.

CORDOVA, Armand. **Strukturelle Heterogenität und wirtschaftliches Wachstum**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973.

DOBB, Maurice. **Studies in the Development of Capitalism**. Londres: Routledge and Kegan, 1963.

EMMANUEL, A. **Unequal Exchange: a study of the imperialism of trade**. New York & London: The Monthly Review Press, 1972.



FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. Historical Studies of Chile and Brazil. Nova York: Monthly Review Press, 1967.

FREUND, Michael. **Die große Revolution in England**: Anatomie eines Umsturzes. Hamburg: Claassen. Verlag, 1951.

FURTADO, Celso. **Economic development of Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

GERSCHENKRON, Alexander. **Economic Backwardness in Historical Perspective**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1962.

GERSTENBERGER, Heide. Zur Theorie der historischen Konstitution des bürgerlichen Staates. **PROKLA. Zeitschrift für Kritische Sozialwissenschaft**. Berlin, 3 (8/9), p.207-226, 1973.

HILFERDING, R. 1968: **Das Finanzkapital**. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1968.

HIRSCH, Joachim. Bemerkungen zum theoretischen Ansatz des bürgerlichen Staates. **Gesellschaft: Beiträge zur Marxschen Theorie** 8/9, Frankfurt am Main: Suhrkamp, p. 99-149, 1976.

HOBBSAWM, E. J., 1968: **Industry and Empire**. An Economic History of Britain since 1750. Londres: Weidenfeld and Nicholson, 1968.

HUBERMANN, Leo. **Kapital und Proletariat**. Ursprung und Entwicklung. Politisch-ökonomische Geschichte der Neuzeit. Gießen: Focus-Verlag, 1975.

KAEMMEL, Ernst. **Finanzgeschichte**. Berlin Oriental: Verlag Die Wirtschaft, 1966

KUCZYNSKI, Jürgen. **Zur Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus**. Berlin: Akademie-Verl., 1962.

KULISCHER, Josef. **Allgemeine Wirtschaftsgeschichte**. Berlin: Oldenbourg, 1929.

LEON, Abraham. **Judenfrage und Kapitalismus**. Munique: Trikont-Verlag, 1970.

LEUCATE, Christian. Internationalisation du capital et impérialisme. **Critiques de L'économie politique**, Paris, 19, p. 88—127, março de 1975.

LUKÁCS, Georg. History and class consciousness: studies in Marxist dialectics, Londres: Merlin, 1971 (orig. 1922).

MARX, Karl. **Grundrisse**. Foundations of the critique of political economy (Rough Draft). London: Penguin Books in association with New Left Review, 1973.

_____. **Capital**. (Vols. 1, 2 e 3) Moscou: Progress Publishers, 1967.



MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Marx-Engels Collected Works** [MECW]. Londres, Nova York, Moscou: Progress Publishers in collaboration with Lawrence and Wishart and International Publishers, Vols. 1—7, 1977.

_____. **Marx-Engels Selected Works** (3 vols.) [MESW]. Moscou: Progress Publishers, 1969.

_____. **Political Writings**. Vol. 1: The Revolutions of 1848; Vol.2: Surveys from Exile. Londres: Penguin in association with New Left Review, 1973.

NEUES Rotes Forum. Imperialismus und Weltmarktbewegung. **Neues Rotes Forum**, Heidelberg, 4, p.42-51, junho de 1973.

NEUSÜSS, Christel. **Imperialismus und Weltmarktbewegung des Kapitals**. Erlangen: Politladen, 1972.

PALLOIX, Christian. **L 'économie mondiale capitaliste**. 2 vols. Paris: François Maspero, 1971.

POULANTZAS, Nicos. **Classes in contemporary capitalism**. Londres: New Left Books, 1975.

REICHEL, Helmut. **Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx**. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt / Wien, Europa Verlag, 1970.

ROSDOLSKY, Roman. **Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen 'Kapital'** (2 vols.) Frankfurt: Europäische Verlagsanstalt, 1968.

SCHWARZ, Winfried. Das 'Kapital im Allgemeinen' und die 'Konkurrenz' im ökonomischen Werk von Karl Marx. Zu Rosdolskys Fehlinterpretation der Gliederung des 'Kapital'. **Gesellschaft: Beiträge zur Marxschen theorie**, Frankfurt am Main, 1, p. 222—247, 1974.

Sobre a autora

Claudia von Braunmühl

Cientista política. Lecionou nas universidades de Berlin e Bielefeld, sendo laureada com o título de professora emérita da Universidade Livre de Berlim. Após anos de envolvimento com as relações internacionais, Estado e imperialismo, redirecionou seus estudos às questões de gênero e de governança. Atua também como consultora independente de políticas de desenvolvimento. Site da autora: <https://www.c-v-braunmuehl.de/index.html>

A autora foi a única responsável pela redação do artigo.

